TÍTULO VI DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

Art. 34. O Tribunal de Justiça do Estado deverá encaminhar ao Conselho Gestor do Fundo de Apoio ao Registro Civil relatório bimestral, o qual deverá conter obrigatoriamente:

I - as especificações mensais das receitas recolhidas ao FRC e as compensações realizadas pelos atos gratuitos praticados, de forma contábil.

II - os balancetes e demonstrativos contábeis mensais da aplicação dos recursos atualizados.

TÍTULO VII DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 35. O Regimento Interno do Conselho Gestor do Fundo de Apoio ao Registro Civil do Estado do Pará somente poderá ser alterado por proposta escrita de qualquer um dos Conselheiros, mediante parecer prévio da Câmara Técnica criada especificamente para este fim.

Art. 36. Os casos omissos serão dirimidos por resolução do Conselho Gestor.

Art. 37. Este regimento entrará em vigor na data de sua publicação.

Protocolo: 873191

RESOLUÇÃO Nº03/2022 – FRC

Dispõe sobre o reajuste do valor do ressarcimento das primeiras vias das certidões de nascimento e assento de óbito, ajusta o valor das segundas vias das certidões de nascimento e assento de óbito, implementa o ressarcimento das segundas vias das certidões de casamento, a serem repassados às Serventias de Registro Civil das Pessoas Naturais do Estado do Pará, e dá outras providências.

O CONSELHO GESTOR DO FUNDO DE APOIO AO REGISTRO CIVIL DO ESTADO DO PARÁ, no uso das atribuições legais estabelecidas pelo art. 6º, parágrafo único, da Lei Estadual nº 6.831, de 13 de fevereiro de 2006, com as alterações da Lei Estadual nº 7.792, de 14 de janeiro de 2014, e da Lei Estadual nº 8.923, de 14 de novembro de 2019;

CONSIDERANDO o estudo da Câmara Técnica do Fundo de Apoio ao Registro Civil do Estado do Pará (FRC), que recomenda ao Conselho Gestor o aumento dos valores dos ressarcimentos das primeiras vias das certidões de nascimento e assento de óbito e o ajuste do valor do ressarcimento das segundas vias das certidões de nascimento e óbito, em função da necessidade de fomentar o combate ao sub-registro no Estado do Pará;

CONSIDERANDO o resultado do estudo sobre a viabilidade financeira do FRC realizado pela Secretaria de Planejamento do Tribunal de Justiça do Estado – TJPA, que conclui pela capacidade financeira do FRC para suportar o aumento proposto sobre o valor das compensações dos atos gratuitos praticados, e implementar o ressarcimento das certidões de segunda vias de casamento; e

CONSIDERANDO a deliberação adotada na reunião extraordinária do Conselho Gestor do Fundo de Apoio ao Registro Civil do Estado do Pará (FRC), ocorrida em 28 de abril de 2022;

RESOLVE:

Art.1º Aumentar o valor do ressarcimento em favor dos Registradores Cíveis das Pessoas Naturais pela efetivação das primeiras vias gratuitas dos registros de nascimento ou assentos de óbito, e ajustar o valor das segundas vias das certidões de nascimento e assentos de óbitos como ação de combate ao sub-registro no Estado do Pará.

Art.2º Os atos gratuitos de que trata a presente Resolução no art.1º, serão compensados com o pagamento do valor de R\$35,00 (trinta e cinco reais), para as primeiras vias gratuitas dos registros de nascimento ou assentos de óbito, e de R\$15,00 (quinze e reais) para as segundas vias gratuitas dos registros de nascimento ou assentos de óbito aos Registradores Cíveis de Pessoas Naturais, produzindo efeitos a partir dos relatórios de compensação relativo à competência de abril do exercício de 2022.

Art.3º Fica implementado o ressarcimento às Serventias de Registro Civil de Pessoas Naturais dos atos gratuitos praticados relativos às certidões de segunda via de casamento, no valor unitário de R\$ 15,00(quinze reais), a partir da competência abril de 2022.

Art.4º Atualizar o valor de ressarcimento dos atos gratuitos de primeiras e segundas vias de certidão de nascimento e assento de óbito praticados pelos Cartórios de Registro de Pessoas Naturais, que passam ao valor de R\$ 26,20(vinte e seis reais e vinte centavos) e de R\$31,90(trinta e um reais e noventa centavos), respectivamente, a vigorar no período de janeiro a março de 2022, em conformidade com a variação do INPC acumulado entre os meses de janeiro de 2021 a março de 2022.

Art.5º A diferença apurada em virtude da atualização de que trata o artigo 4º da presente Resolução incidente sobre os valores de ressarcimentos dos atos gratuitos praticados de registro de nascimento e assento de óbito, repassados no período de janeiro a março de 2022, deverá ser paga aos Registradores Cíveis de Pessoas Naturais.

Art.6º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos financeiros a 01 de janeiro de 2022.

Belém (PA), 07 de novembro de 2022.

MIGUEL LUCIVALDO ALVES SANTOS
Presidente do Conselho Gestor do FRC

Protocolo: 873167

RESOLUÇÃO Nº04/2022

Aprova o Regimento Interno do Conselho Gestor do Fundo de Apoio ao Registro Civil do Estado do Pará.

O CONSELHO GESTOR DO FUNDO DE APOIO AO REGISTRO CIVIL DO ESTADO DO PARÁ, no uso das atribuições legais estabelecidas pelo art.6º, parágrafo único, da Lei Estadual nº 6.831, de 13 de fevereiro de 2006, com as alterações da Lei Estadual nº 7.792, de 14 de janeiro de 2014, e da Lei Estadual nº 8.923, de 14 de novembro de 2019;

CONSIDERANDO o disposto no art. 6º, parágrafo único, inciso IV, da Lei Estadual nº. 6.831/2006, que atribui ao Conselho Gestor do Fundo de Apoio ao Registro Civil(FRC) a competência para, no âmbito de sua autonomia administrativa e financeira, elaborar o seu Regimento Interno, nele dis-

pondo sobre a organização, atribuições e funcionamento do Conselho; e, CONSIDERANDO a reunião ordinária ocorrida no dia 19 de outubro de 2022, na qual foi aprovada, por unanimidade, a proposta de modificação do Regimento Interno do Conselho Gestor do Fundo de Apoio ao Registro Civil do Estado do Pará (FRC);

RESOLVE:

Art.1º Aprovar o Regimento Interno do Conselho Gestor do Fundo de Apoio ao Registro Civil do Estado do Pará (FRC), constante do Anexo Único da presente Resolução.

Art.2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Belém (PA), 04 de novembro de 2022;

Miguel Lucivaldo Alves Santos

Presidente do Conselho Gestor do FRC

Protocolo: 873179

TRIBUNAIS DE CONTAS

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARÁ

PORTARIA

PORTARIA Nº 39.454, DE 07 DE NOVEMBRO DE 2022.

Dispõe sobre autorização para a abertura de crédito suplementar.

A Presidente do Tribunal de Contas do Estado do Pará, no uso de suas atribuições legais;

CONSIDERANDO o disposto no artigo 15, inciso V do Ato nº 63 - Regimento Interno do Tribunal de Contas do Estado do Pará, de 17 de dezembro de 2012; CONSIDERANDO o art. 47, § 3º da Lei nº 9.292, de 19 de julho de 2021 (Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício financeiro de 2022);

CONSIDERANDO o art. 6º, § 2º da Lei nº 9.496, de 11 de janeiro de 2022 (Lei Orçamentária Anual);

RESOLVE:

Art. 1º - AUTORIZAR a suplementação no valor de R\$ 37.500,00 (trinta e sete mil e quinhentos reais) para adequar a programação do orçamento vigente do Tribunal de Contas do Estado do Pará, na forma abaixo discriminada:

Programa de Trabalho	Fonte	Natureza da Despesa	Valor
01.032.1455.6267	0101	335041	37.500,00

Art. 2º. Os recursos necessários à execução da Portaria ocorrerão por conta da anulação parcial da dotação consignada no orçamento, conforme discriminação a seguir:

Anulação

Programa de Trabalho	Fonte	Natureza da Despesa	Valor
01.032.1455.6267	0101	339030	37.500,00

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor nesta data.

Gabinete da Presidência do Tribunal de Contas do Estado do Pará, em 07 de novembro de 2022.

Conselheira Lourdes Lima

Presidente do TCE/PA

Protocolo: 873175

DIÁRIA

PORTARIA Nº 39.431, DE 03 DE NOVEMBRO DE 2022.

A Presidente do Tribunal de Contas do Estado do Pará, no uso de suas atribuições, CONSIDERANDO o Memorando nº 018/2022 – GAB. CSEFS, protocolizado sob o Expediente nº 016609/2022.

R E S O L V E:

DESIGNAR o Conselheiro Substituto EDVALDO FERNANDES DE SOUZA, matrícula nº 0101397, para participar do "VIII Encontro Nacional dos Tribunais de Contas", no Rio de Janeiro - RJ, concedendo-lhe 03 (três) diárias e ½ (meia), para o período de 16 a 19-11-2022.

MARIA DE LOURDES LIMA DE OLIVEIRA

Presidente

Protocolo: 873172